



POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E DESAFIOS À INTERVENÇÃO GOVERNAMENTAL EM TEMPOS DE COVID 19

O presente Boletim trata sobre populações em situação de rua (PSR), uma das formas mais extremas de violência social que se espalha nas cidades brasileiras, e os desafios postos à construção de estratégias e ações para seu acolhimento.

De acordo com a Resolução nº 40/2020 (Brasil, MDH, 2020), as PSR são formadas por pessoas que utilizam os logradouros públicos ou áreas degradadas como locais de moradia e de sustento. Constituem-se em problema estrutural crônico, um subproduto do modo de produção capitalista, uma das mais graves expressões da questão social relacionado à forma de organização das sociedades reais, embora tenda a ser vinculada a limites de ordem pessoal das vítimas, como inércia, inaptidão ou fragilidade naturalizando-se os nexos da profunda desigualdade social no país¹.

Os componentes clássicos das PSR são pessoas que romperam laços fundamentais de vida, em razão de fatores relacionados à sua condição pessoal (alcoolismo, drogadição, doenças mentais²), mas também as vítimas de calamidades públicas e da falta de moradia, de trabalho e renda. Atualmente a esses componentes, agregam-se grupos de perfil variado, como imigrantes, egressos do sistema penitenciário, trabalhadores desalentados, moradores de submoradias. Reproduzem-se, assim, questões presentes no processo de formação da sociedade, como a violência social expressa no colonialismo, no escravismo e no racismo que afetam, mais diretamente, desempregados, moradores de subhabitações, aprisionados e egressos do sistema prisional e suas famílias rebatendo nas formas fragilizadas de inserção no mercado de trabalho.

Conforme Exposição de Motivos feita por Oliveira (2020), grande parcela da PSR no Brasil é formada por trabalhadores (70,9%) que exercem algum tipo de atividade remunerada. A maioria dos entrevistados (58,6%) tem alguma profissão, portanto, não são "mendigos" e "pedintes", no sentido clássico dos que pedem dinheiro para sobreviver.

Pelos elementos expostos essa forma de exclusão social não se distingue tão-somente pela clara privação material do indivíduo, mas, sobretudo, pela negação do seu pertencimento social, portanto, sua desqualificação enquanto cidadão e ser humano. Tal fato, pode ser atestado pelo caráter das políticas públicas historicamente destinadas a esses segmentos sociais, geralmente, de caráter assistencialista, paternalista ou higienista com forte viés punitivista.

¹ Conferir informações sobre o tema em Nascimento (2020)

² Para aprofundar o tem, consultar Silva (2009) e Freitas et (2020)



Com a eclosão da pandemia de Covid-19 causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), e o crescimento consequente do desemprego e da pobreza, tem havido a ampliação desses segmentos sociais, heterogêneos, invisibilizados há décadas, atualmente expostos diretamente à ação do vírus e transformados em focos de contágio, impossibilitados que são de atender às recomendações das autoridades sanitárias de isolamento, distanciamento social e higiene³.

De acordo com Silva et al (2020), houve aumento de 140% em relação número de PSR, no Brasil, considerando o mês de setembro de 2012, em que era estimado o quantitativo de 92.515, em relação a março de 2020, quando a cálculo era de que havia cerca de 221.869 nessa condição (**Tabela 1**).

Tabela 1. Brasil: Número estimado de pessoas em situação de rua no Brasil (set./2012-mar./2020)

Mês/ano	NORTE	NORDESTE	SUDESTE	SUL	CENTRO- -OESTE	BRASIL
Set./2012	3.218	16.450	47.753	16.286	8.808	92.515
Set./2013	3.300	17.152	50.374	16.215	8.892	95.933
Set./2014	3.739	17.852	58.324	18.072	10.043	108.029
Mar./2015	3.999	22.742	63.777	19.381	10.676	120.575
Mar./2016	4.515	27.803	73.153	21.619	10.760	137.849
Mar./2017	5.447	27.262	86.694	26.018	11.477	156.898
Mar./2018	7.406	29.164	100.119	32.267	14.064	183.020
Mar./2019	8.299	34.014	111.577	33.699	15.041	202.631
Mar./2020	9.626	38.237	124.698	33.591	15.718	221.869

IPEA. Nota técnica n.73. Estimativa da população em situação de rua no Brasil

A **Tabela 2** indica um crescimento importante da PSR no Maranhão, entre julho de 2014 e julho de 2020. Pode-se observar, ainda, que o maior número de atendimentos ocorrido em instituições governamentais era de usuários de drogas ilícitas e de migrantes.

Tabela 2. Maranhão: Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas no mês de referência no Maranhão – Ju/2014 a Jul/20

³ Para ampliar a discussão, consultar Honorato e Oliveira (2021) e Costa 2021



Mês de referência	Total	Características		
		Usuárias de drogas ilícitas	Migrantes	Pessoas com doença ou transtorno mental
jul/14	159	93	23	7
jul/15	325	167	52	13
jul/16	453	356	26	8
jul/17	322	167	64	25
jul/18	618	389	66	18
jul/19	573	431	74	45
jul/20	775	377	72	32

Fonte: Ministério da Cidadania. Acesso em 11/09/2021:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/painel.php?ag=e&codigo=21&d=84>

Em sete municípios do Maranhão, com mais de cem mil habitantes, considerando-se o mês de julho de 2020, os maiores quantitativos de atendimentos foram de usuários de drogas ilícitas e migrantes, sendo que o maior número de pessoas do primeiro grupo ocorreu em Bacabal e do segundo em Caxias (**Tabela 3**).

Tabela 3. Municípios do Maranhão: Quantidade e perfil das pessoas em situação de rua atendidas no mês de referência no Maranhão – Jul/20

Município	Total	Características		
		Usuárias de drogas ilícitas	Migrantes	Pessoas com doença ou transtorno mental
São Luís	367	9	2	5
São Jose de Ribamar	20	8	1	9
Imperatriz	32	32	25	0
Caxias	43	39	30	2
Bacabal	285	265	0	15
Timon	10	9	1	0
Codó	18	15	13	1
Total	775	377	72	32

Fonte: Ministério da Cidadania. Acesso em 11/09/2021:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/painel.php?ag=e&codigo=21&d=84>

Em relação às formas construídas pelo Governo e pela sociedade para atendimento da PSR, a partir de pesquisa qualitativa atinente às diferentes regiões do país, Honorato e Oliveira (2021) elaboraram um rol de estratégias e ações (**Tabela 4**) que vêm sendo desenvolvidas nesse momento de crise sanitária no país. A maioria delas é de iniciativa dos próprios profissionais envolvidos e de voluntários. E, embora, os entrevistados na investigação, considerem insuficiente a orientação dos gestores nos níveis municipal e estadual, chamam a atenção para a total ausência do Governo Federal nesse processo.



Tabela 4.– Brasil: Estratégias e Ações em âmbito estadual e municipal para o Enfrentamento da Covid-19 Junto a PSR

ESTRATÉGIAS	AÇÕES	ÂMBITO	REGIÃO
Prevenção	Angariar e distribuir produtos de limpeza e itens de alimentação	Municipal e voluntariado	Sudeste, Norte, Sul e Nordeste
	Ofertar refeições gratuitamente em restaurantes populares	Estadual	Nordeste
	Ofertar máscaras cirúrgicas para PSR	Municipal	Sudeste
	Realizar censo para verificação e extensão da PSR	Municipal	Sudeste
	Identificar e mapear PSR com suspeita de Covid-19	Municipal	Sudeste
	Desenvolver plano de contingência voltado para a PSR	Municipal	Sudeste
Intervenção	Encaminhar a PSR com suspeita de Covid-19 para unidades de saúde ou acionar o SAMU, bem como monitorar tais atendimentos	Municipal	Sudeste, Norte e Centro-Oeste
	Transportar PSR em veículo próprio da equipe, atendendo recomendações para evitar contágio.	Municipal	Sudeste
Conscientização	Criar espaços de informação sobre Covid-19 voltados para a PSR com profissionais de saúde	Municipal	Sudeste
	Orientar sobre a doença, sobre higiene e prevenção e sobre pontos de acolhimentos no município	Municipal, estadual e voluntariado	Sudeste, Sul, Nordeste e Centro-Oeste
Infraestrutura	Instalar pias na área de grande movimentação de pessoas	Municipal	Sudeste, Norte
	Disponibilizar recursos para aluguel de hotel popular	Estadual	
	Atender PSR de modo normal ou ampliado acesso à moradia, à alimentação ou à higiene por meio de pontos de acolhimento já existentes.	Municipal, estadual e voluntariado	Sudeste, Norte e Nordeste
	Instalar abrigos temporários para aumentar o número de vagas disponíveis	Municipal e estadual	Sudeste, Norte, Sul e Nordeste
	Abrir ou adaptar espaços específicos voltados exclusivamente para PSR incluída no grupo de risco, com suspeita de Covid-19 ou sintomas gripais	Municipal	Sudeste e Sul
	Adaptar pontos de acolhimentos e restaurantes populares de acordo com as recomendações da OMS e do MS	Municipal e estadual	Sudeste, Norte, Sul e Nordeste



Trabalhadores	Orientar voluntários que tenham contato direto com PSR	Voluntariado	Sudeste
	Disponibilizar materiais de higiene e EPIs para equipe técnica em contato direto com os acolhidos.	Municipal	Sudeste

Fonte: Elaborada a partir da construção de Honorato e Oliveira. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81903>. Acesso em 16 de setembro de 2021

Em São Luís, capital do Maranhão, de acordo com o site oficial da Prefeitura, em março de 2020, as ações de caráter emergencial desenvolvidas pelo Poder Público Municipal destinadas à PSR, abrangia: Serviço de Abordagem Social - identificação e encaminhamento de emergências; distribuição de máscaras; orientação sobre a relevância dos serviços de acolhimento disponíveis em alojamentos; ampliação do Benefício Eventual de Moradia.

Pode-se concluir, enfim, que o agravamento da situação das PSR exige o desafio de proposição e efetivação de políticas que enfrentam distorções como as que impelem as pessoas a buscarem as ruas como alternativa para viver. Portanto, para além das medidas emergenciais desenvolvidas, particularmente, nesse momento de crise sanitária, os elementos expostos apontam para a necessidade de encontrar formas capazes de romper as grandes dificuldades já presentes na configuração das políticas públicas destinadas às PSR, através da construção de novos laços que deem sentido à vida. E, em última instância, construir formas coletivas de resistência capazes de desenhar outro modo de sociabilidade que tenha, como espinha dorsal, as noções de solidariedade e pertencimento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Cidadania. Painel de Monitoramento Social. Disponível em

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/dash/painel.php?ag=e&codigo=21&d=84>. Acesso em 11/09/2021

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos/Conselho Nacional dos Direitos Humanos.

Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020. Disponível em <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/resolucao-n-40-de-13-de-outubro-de-2020-286409284>. Acesso em 11/09/2021

COSTA, Machado da. **Como a pandemia amplia a crise da desigualdade social no Brasil e no mundo.**

<https://veja.abril.com.br/economia/como-a-pandemia-amplia-a-crise-da-desigualdade-social-no-brasil-e-no-mundo/>. Publicado em: 20 julho de 2020. Acessado em: 17 de setembro de 2021

DANTAS, M. Construção de políticas públicas para população em situação de rua no município do Rio de Janeiro: limites, avanços e desafios. **Dissertação** (Mestrado em Saúde Pública) – Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2007

HONORATO, Bruno E. F e OLIVEIRA Ana Carolina S. População em situação de rua e COVID-19. **Rev. Adm. Pública** V. 54 n.4, 2020. Disponível em <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/81903>. Acesso em 16 de setembro de 2021



IPEA. **Nota técnica n.73** Estimativa da população em situação de rua no Brasil (setembro de 2012 a março de 2020); 2020 .

NASCIMENTO, M dos S. A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: Centro POP/Centro em São Luís/MA - configuração, serviços e perfil do público atendido. **TCC** (Curso de Serviço social da Universidade Federal do Maranhão). 2020.

OLIVEIRA. R V S M. Exposição de Motivos (**Anexo**). Resolução nº 40 do MDH, de 13 de outubro de 2020.

PREFEITURA DE SÃO LUÍS. Serviço Especializado para População em Situação de Rua.
<https://saoluis.ma.gov.br/semcas/conteudo/1776>. Acesso em 15 de setembro de 2021

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, T. D. et al. População em situação de rua em tempos de pandemia: um levantamento de medidas municipais emergenciais. **Nota Técnica nº 74**. IPEA.2020

SOUSA, A. G. L. “Eu sou de rua, mas também sou gente”: intersubjetividade e construção de identidades dos indivíduos em situação de rua de João Pessoa-PB. **Tese** (Doutorado em Sociologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/11303>. Acesso em: 24 mar. 2019